

**HABEAS CORPUS Nº 502.221 - SC (2019/0094014-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CRISTIANO GROSS DE MATOS (PRESO)  
**PACIENTE** : RODRIGO ALVES DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIANO GROSS DE MATOS e RODRIGO ALVES DA SILVA - presos cautelarmente em 12/6/2018 e 3/8/2018, respectivamente, por suposta infração aos arts. 157, § 2º, inciso II, e § 3º, inciso II, c/c art. 61, *d e h*, ambos do Código Penal, e ao art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4006482-86.2019.8.24.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 502):

*HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS PREVENTIVAMENTE E DENUNCIADOS PELA SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 157, §§ 2º, INC. II, E 3º, INC. II, C/C 61, 'D' E 'H', E 70, SEGUNDA PARTE, TODOS DO CÓDIGO PENAL, E 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.*

*AVENTADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO PENAL QUE AGUARDA UNICAMENTE O CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA, CUJA SOLENIDADE JÁ FOI DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. AUSÊNCIA DE PARALISAÇÃO INJUSTIFICADA DO FEITO. ORDEM DENEGADA.*

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para a formação da culpa, ressaltando que os pacientes estão presos há muito tempo e não se tem o término da instrução criminal.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva dos pacientes e a expedição dos respectivos alvarás de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade da prisão cautelar.

Cumpre salientar que o alegado excesso de prazo não pode ser apreciado apenas pela soma aritmética dos prazos, pois o processo penal é dinâmico, com vários incidentes, podendo sofrer empecos diversos, provocados inclusive pela defesa. Por isso, nesses casos, é imprescindível aguardar a vinda das informações.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de

primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

